

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	17
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	21
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	22
2.5 Medições não contábeis	23
2.6 Eventos subsequentes as DFs	25
2.7 Destinação de resultados	26
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	28
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	29
2.10 Planos de negócios	30
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	32
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	33
5.2 Descrição dos controles internos	40
5.3 Programa de integridade	43
5.4 Alterações significativas	46
5.5 Outras informações relevantes	47

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações financeiras incluídas nesta seção, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações contábeis consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Nossas demonstrações financeiras auditadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As informações constantes nesta seção 2 do Formulário de Referência devem ser lidas e analisadas em conjunto com as nossas demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis em nosso site (<https://www.yduqs.com.br/>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>).

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação do ativo total/passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Compreendemos que as condições financeiras e patrimoniais da Companhia são adequadas para a execução de seu plano de negócios e para cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo. A geração de caixa da Companhia, alinhada às linhas de crédito disponíveis, demonstra ser suficiente para suportar o financiamento de suas operações e atender às necessidades de recursos para a implementação de seu plano de negócios, em linha com as informações apresentadas nas tabelas abaixo.

Nossos diretores ressaltam o compromisso da Companhia em operar com uma base substancial de alunos ao final de 2023, sem deixar de entregar excelência acadêmica, mantendo condições financeiras e patrimoniais adequadas para implementação do plano de negócio, além de cumprir com as obrigações. Este compromisso é sustentado pelo foco contínuo na melhoria da performance operacional e financeira. Adicionalmente, a Companhia busca constantemente aprimorar o engajamento e a comunicação com todos os stakeholders. Nosso compromisso é integrar a sustentabilidade em todas as nossas atividades, fortalecendo nosso legado no setor educacional nos pilares ambiental, social, governança e econômico. Trabalhamos com ética e transparência para promover o desenvolvimento sustentável.

(em milhões de reais)	31/12/2023	31/12/2022
Total do Ativo Circulante	2.109,2	2.100,5
Total do Passivo Circulante	1.430,1	1.107,6
Índice de Capital de Giro Líquido (AC-PC)	679,1	992,9
Caixa Líquido de Conta Garantida	698,3	785,8

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(1)	Caixa Líquido de Dívida	698,3	785,8
		31/12/2023	31/12/2022
	Índice de Liquidez Corrente ⁽¹⁾	1,4774767	1,89639106
	Dívida Líquida ⁽²⁾ / EBITDA ⁽³⁾	1,78	2,15

Corresponde à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante nas datas indicadas

(2) Dívida Líquida é o somatório dos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante, deduzidos os montantes registrados como caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(3) EBITDA não é uma medida contábil. O EBITDA corresponde ao lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Em 31 de dezembro de 2023, o índice de endividamento¹ (assim considerado como a divisão do passivo circulante e não circulante pelo ativo total) total foi de 0,67084219 enquanto em 31 de dezembro de 2022 o mesmo índice foi de 0,67289284. Em 31 de dezembro de 2023, a posição de caixa líquido de dívida era de R\$698,3 milhões e a dívida líquida bancária totalizava R\$2.830,2 milhões, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,925798. Para 31 de dezembro de 2022 a posição de caixa líquido de dívida era de R\$785,8 milhões e a dívida líquida bancária totalizava R\$2.855,1 milhões, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,964533.

O nosso indicador de liquidez corrente (assim entendido o índice obtido pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante) teve uma variação de 28% em 31 de dezembro de 2023 quando comparado a 31 de dezembro de 2022. Esta variação ocorreu principalmente devido a uma movimentação natural das amortizações que antes estavam inseridas na conta de Exigível a Longo Prazo para o Passivo Circulante. As amortizações em específico foram relacionadas as dívidas de Debênture V (2ª Série), CCB Safra e Debênture VII, conforme descritos no item 2.1.(i) abaixo.

Atualmente, na opinião de nossos Diretores, não possuímos deficiência de liquidez, considerando o nosso indicador de liquidez corrente, que em 31 de dezembro de 2023 era de 1,4774767 quando que em 31 de dezembro de 2022 era de 1,89639106.

Nossos Diretores entendem que nosso capital de giro líquido (calculado como ativo circulante menos passivo circulante) é suficiente para o cumprimento de nossas obrigações financeiras e operacionais, refletindo adequadamente nossa capacidade de: (a) gerenciamento dos nossos negócios e nos proporcionando o financiamento necessário para o atendimento de nossa estratégia de negócios e (b) gerenciamento adequado das relações com os nossos fornecedores e clientes.

Em 31 de dezembro de 2023, o nosso capital de giro líquido alcançou R\$ 682,9 milhões, enquanto em 31 de dezembro de 2022, o nosso capital de giro líquido alcançou R\$ 992,9 milhões.

¹ O índice de endividamento não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A redução do nosso capital de giro líquido verificado em 31 de dezembro de 2023, quando comparado ao exercício anterior, decorreu principalmente devido a uma movimentação natural das amortizações que antes estavam inseridas na conta de Exigível a Longo Prazo para o Passivo Circulante.

Adicionalmente, temos tido amplo acesso a fontes de financiamento, o que nos garante que os nossos recursos de caixa, inclusive empréstimos de terceiros, sejam suficientes para atender o financiamento de nossas atividades e gerenciar a nossa estratégia de expansão. Para mais informações sobre a estrutura do nosso capital e nossas fontes de financiamentos, ver os itens 2.1(b) e 2.1(d) abaixo.

(b) Estrutura de capital

Acreditamos que a atual estrutura de capital da Companhia apresentou nos períodos indicados uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros, e condizente, em nossa visão, com suas atividades, na proporção apresentada na tabela abaixo:

(em R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de	
	2023	2022
Capital de terceiros (passivo circulante + passivo não circulante)	6.231,4	6.089,1
Capital próprio (patrimônio líquido)	3.057,1	2.960,1
Capital total (terceiros + próprio)	9.288,5	9.049,2
Parcela de capital de terceiros	67,1%	67,3%
Parcela de capital próprio	32,9%	32,7%

Em 31 de dezembro de 2023, 32,91% das nossas atividades eram financiadas por meio de nosso capital próprio e aproximadamente 67,09% por meio de capital de terceiros. Na referida data, o nosso patrimônio líquido totalizou R\$3.057,1 milhões, enquanto nosso endividamento (assim considerado como a soma do nosso passivo circulante e do passivo não circulante) totalizou R\$6.231,4 milhões, dos quais R\$3.528,6 milhões correspondiam a empréstimos bancários e compromissos a pagar relacionados as aquisições realizadas pela companhia.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras suficientes para cumprir com seus compromissos financeiros assumidos. Em linha com a tabela abaixo, a Companhia gerou no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 um EBITDA de R\$1.589,8 milhões. A relação Dívida Líquida/EBITDA foi de 1,78x em 31 de dezembro de 2023. A relação entre EBITDA e Dívida Líquida é utilizada para indicar a capacidade de pagamento da Companhia em relação a seus compromissos financeiros. Nesta data, não dispúnhamos de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente. O relacionamento da Companhia com instituições financeiras de primeira linha permite o acesso a linhas de créditos adicionais, na hipótese de haver necessidade.

Indicadores (em milhões R\$)	2023	2022
---------------------------------	------	------

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

EBITDA ⁽¹⁾	1.589,8	1.326,0
Dívida Líquida ⁽²⁾ / EBITDA	1,78	2,15
Índice de Endividamento ⁽³⁾	0,67084219	0,67289284

(1) EBITDA não é uma medição contábil. O EBITDA corresponde ao lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

(2) Dívida Líquida é o somatório dos empréstimos e financiamentos circulante e não circulante, deduzidos os montantes registrados como caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(3) O Índice de endividamento é representado pela divisão do total do passivo pelo total do ativo.

Para mais informações acerca das medições não contábeis utilizadas pela Companhia, vide item 2.5 desse Formulário de Referência.

Adicionalmente, os prazos de pagamento das principais despesas da nossa Companhia, como pagamentos ao corpo docente e ao nosso pessoal administrativo e o pagamento de custos de locação de espaço, coincidem, em sua maior parte, com os prazos de recebimento das mensalidades dos alunos, principal origem de receitas da nossa Companhia. Assim, os ciclos operacional e financeiro da nossa Companhia apresentam alto índice de sintonia entre a maior parte de nossas despesas com o recebimento da maior parte de nossas receitas.

Não obstante, caso sejam necessários recursos adicionais, a Companhia entende que tem capacidade para captá-los, por meio de empréstimos bancários ou outros financiamentos a serem avaliados e contratados pela Companhia, bem como por meio de outras distribuições públicas de valores mobiliários de emissão da Companhia, desde que respeitados as condições e os eventos de vencimento antecipados descritos no item 2.1 (f)(iv) deste Formulário de Referência.

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No último exercício social, as principais fontes de financiamento da Companhia para capital de giro e investimentos em ativos não-circulantes foi a nossa própria geração operacional de caixa, bem como a 9ª Emissão de Debêntures Simples, no montante total de R\$700 milhões realizada pela Companhia em outubro de 2023. Para mais informações acerca da 9ª Emissão de Debêntures da Companhia, vide item 12.3 desse Formulário de Referência.

A Diretoria acredita que as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia são adequadas ao seu perfil de endividamento, atendendo às necessidades de capital de giro e investimentos, sempre preservando o perfil de longo prazo da dívida financeira e, conseqüentemente, a capacidade de pagamento da Companhia.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Na data deste Formulário de Referência, nossos Diretores entendem que nossa estrutura de capital é sólida e que nossa geração de caixa continuará sendo a principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não-circulantes. No entanto, a nossa Companhia continuará a analisar oportunidades de financiamentos que atendam seus interesses em relação a custo e prazo para ampliar sua capacidade de investimentos e liquidez.

No item 2.1(f) deste Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2023, o nosso endividamento correspondente a empréstimos bancários relacionados as aquisições realizadas pela companhia era de R\$3.528,6 milhões, comparado com R\$3.640,9 milhões em 2022. Esse montante correspondia, principalmente, (i) captações realizadas conforme quadro abaixo no valor de R\$3.494,2 milhões; (ii) aos R\$0,4 milhões obtidos por meio de financiamentos subsidiados junto a agências e bancos de fomento regionais e (iii) R\$ 54,2 milhões com compromissos a pagar relacionados com as últimas aquisições realizadas pela Companhia, (iv) pagamento referente ao Swap no valor de R\$ 5,6 milhões e subtrai-se (v) os gastos com as emissões dessas dívidas, no valor de R\$ 25,8 milhões.

A tabela abaixo apresenta as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes em vigor em 31 de dezembro de 2023:

Banco	Operação	Saldo em aberto (em milhões R\$)	Emissão	Vencimento
Finep	Finep	0,4	Fev/15	Jan/25
Itaú / Bradesco	5ª Emissão Debêntures (2ª Série)	183,3	Fev/19	Fev/24
Citibank	Linha 4.131	455,8	Jan/23	Jan/26
Santander/ Citibank / Itaú	6ª Emissão Debêntures (Única)	1.103,3	Fev/21	Fev/26
UBS BB	7ª Emissão Debêntures (Única)	302,7	Nov/21	Nov/26
Itaú / Banco ABC / Bradesco	8ª Emissão Debêntures (única)	514,7	Set/22	Set/27
Safra	CCB	225,2	Mar/22	Mai/24
XP/ Santander/ Itaú/ BTG/ UBSBB	9ª Emissão Debêntures (3 séries)	689,1	Out/23	Out/30

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Segundo nossos Diretores, a maior parte do nosso endividamento decorre de (i) nossos contratos de arrendamento – direito de uso, (ii) nossas emissões de debêntures, (iii) emissões de cédulas de crédito bancário (“CCB”), (iv) linhas 4.131 em USD, e (v) aos financiamentos junto a agências e bancos de fomento regionais, cujos recursos estão sendo utilizados para melhoria das nossas unidades atuais, expansão orgânica e aquisições realizadas pela nossa Companhia. Tais operações possuem vencimentos entre 01/01/2024 e 30/03/2052, sendo as principais (e ainda vigentes) descritas abaixo:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Modalidade (em R\$ milhões)	Encargos Financeiros	Garantias Prestadas	Em 31 de dezembro de 2023
Contratos de Arrendamento - Edifícios	64% dos contratos IGP-M 33% dos contratos IPCA 3% dos contratos IGP-DI	N.A	1.648.717
Contratos de Arrendamento – Equipamentos de Informática	IPCA a.a.	N.A	3.918
Contratos de Arrendamento - Máquinas e Equipamentos	IGP-DI/FGV a.a.	N.A	4.414
Contratos de Arrendamento - Móveis e Utensílios	IPCA a.a.	N.A	11.684
IGP-DI	3%	-	43.104
IGP-M	64%	-	1.056.041
IPCA	33%	-	549.572
Total de Contratos - Imóveis	100%	-	1.648.717

Modalidade (em R\$ milhões)	Encargos Financeiros	Garantias Prestadas	Em 31 de dezembro de 2023
5ª emissão de debêntures (2ª Série)	CDI+0,785% a.a	Não possui garantias	183,3
6ª emissão de debêntures	CDI + 2,50% a.a.	Não possui garantias	1.103,3
7ª emissão de debêntures	CDI + 1,65% a.a.	Não possui garantias	302,7
8ª emissão de debêntures	CDI + 1,5% a.a.	Não possui garantias	514,7
9ª emissão de debêntures (1ª Série)	CDI + 0,819% a.a.	Não possui garantias	276,0
9ª emissão de debêntures (2ª Série)	CDI + 0,90% a.a.	Não possui garantias	309,3
9ª emissão de debêntures (3ª Série)	CDI + 0,98% a.a.	Não possui garantias	103,7
Empréstimo Safra	CDI +2,80% a.a	Não possui garantias	225,2
Empréstimo FINEP	TLJP + 0,5% a.a	Não possui garantias	0,4
Empréstimo Citibank (4131)	1,18*(SOFRUSD + 0,68%(L)	Swap cambial	455,7
Total			3.474,3

A Companhia e suas controladas possuem diversos imóveis comerciais alugados para sua área administrativa e unidades de ensino. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente, sendo os pagamentos de arrendamentos descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento.

A Companhia e suas controladas arrendam diversos direitos de uso, tais como máquinas e equipamentos, periféricos, móveis e utensílios e aluguel de imóveis, segundo contratos de arrendamento financeiros não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de acordo com a vigência contratual e a propriedade dos ativos não pertencem à Companhia e suas controladas. Os referidos arrendamentos são reconhecidos pelo valor presente líquido da operação.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Debêntures

- Em 15 de fevereiro de 2019, a Companhia realizou a 5ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 2 séries, no montante total de R\$600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais) totalizando 60.000 (sessenta mil) debêntures, sendo 25.000 (vinte e cinco mil) Debêntures da 1ª Série e 35.000 (trinta e cinco mil) debêntures da 2ª Série. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2023 era de R\$ 183,3 milhões.
- Em 18 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou a 6ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R\$1.850.000.000,00 (um bilhão oitocentos e cinquenta milhões de reais), totalizando 1.850.000 (um milhão oitocentos e cinquenta mil) debêntures. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2023 era de R\$1.108,8 milhões. Em 04 de julho, a Companhia realizou a Aquisição Facultativa, em conformidade com o art. 55 da Lei n.º 6.404, e a Resolução CVM n.º 77, de Debêntures que correspondem à 6ª Emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos, em série única. Foram adquiridas 71.564 debêntures ao preço unitário na data do pagamento correspondendo ao montante de R\$ 73,1 milhões.
- Em 29 de novembro de 2021, a Companhia realizou a 7ª Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), totalizando 300.000 (trezentas mil) debêntures. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2023 era de R\$302,7 milhões.
- Em 23 de setembro de 2022, a Companhia realizou a 8ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), totalizando 500.000 (quinhentas mil) debêntures. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2023 era de R\$514,7 milhões.
- Em 15 de outubro de 2023, a Companhia realizou a 9ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em 3 (três) séries, no montante total de R\$ 700 milhões, totalizando 700.000 (setecentas mil) Debêntures, sendo 280.431 (duzentas e oitenta mil e quatrocentos e trinta e uma) Debêntures da 1ª Série, 314.202 (trezentas e quatorze mil e duzentos e duas) Debêntures da 2ª Série e 105.367 (cento e cinco mil e trezentas e sessenta e sete) Debêntures da 3ª Série. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2023 era de R\$689,1 milhões.

Para maiores informações sobre as debêntures, veja o item 12.3 deste Formulário de Referência.

Empréstimo Safra:

- Em março de 2022, a Companhia repactuou a Cédula de Crédito Bancário junto ao Banco Safra no montante total de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), a uma taxa de CDI + 2,18% a.a., com vencimento final em 29 de maio de 2024. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2023 era de 225,1 milhões.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Empréstimo FINEP:

- Em 22 de dezembro de 2014, a Companhia firmou o Contrato de Financiamento nº 0914011600 junto ao Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas – FINEP e junto a agências e bancos de fomento regionais, a uma taxa de TLJP + 0,5% ao ano, com vencimento em janeiro de 2025. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2023 era de 0,4 milhões.

Empréstimo Citibank:

- Em janeiro de 2023, a Companhia concluiu operação do *Credit Agreement*, celebrada de acordo com a Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962 ("Lei nº 4.131"), junto ao Citibank, em que ficou afirmado que a dívida no valor de USD 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares) ou R\$422.800.000,00 (quatrocentos e vinte e dois milhões e oitocentos mil reais), ao custo da Curva Ativa de USD_SOFR + 0,682% a.a. e da Curva passiva de CDI + 1,25%, teve o vencimento firmado para janeiro de 2026, com amortização única. O saldo devedor em 31 de dezembro de 2023 era de 455,7 milhões.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Em 14 de dezembro de 2018, foi celebrado contrato de parceria entre a Companhia, suas controladas e o Banco Santander S.A. ("Santander"), substituindo acordos de parceria anteriores, com prazo de vigência até junho de 2029, cujo objeto principal é o de conceder exclusividade para a realização do processamento da folha de pagamento de todos os professores, funcionários administrativos e colaboradores, bem como a preferência de ser o principal provedor de produtos e serviços financeiros da nossa Companhia. Em contrapartida à exclusividade concedida ao Santander, e pela manutenção dessa condição durante toda a vigência do referido contrato, o Santander pagou à Companhia uma receita fixa de R\$32,4 milhões, que está sendo apropriada ao resultado por tal prazo contratual.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação entre as emissões de debêntures. Todas as cinco debêntures ativas são da espécie quirografária, em que consiste a característica de que o credor é destituído de qualquer privilégio ou preferência.

Com base em nossas demonstrações financeiras, considerando a totalidade do passivo circulante e não circulante da nossa Companhia, a composição de acordo com o grau de subordinação era a seguinte:

Exercício social (31/12/2023)							
Tipo de obrigação	Tipo de Garantia	Outras Garantias ou Privilégios	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Empréstimos	Quirografária	Não Aplicável	885.381	1.143.781	2.298.641	123.124	4.450.927
Observação							

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As informações constantes deste item se referem às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O valor apresentado representa o total de obrigações baseada no somatório do passivo circulante e do passivo não circulante, consolidado. O montante da dívida, por ser quirográfica, não apresenta qualquer tipo de garantia. Dívidas sem garantia real ou fluante, independente do fato de possuírem garantia fidejussória, foram classificadas como dívidas quirográficas.

A garantia real relacionada ao contrato acima referido, e com saldo em aberto em 31 de dezembro de 2023, é composta por carta de fiança bancária. Nossas emissões de debêntures são quirográficas.

(iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

As principais restrições impostas à Companhia no âmbito do seu endividamento consolidado, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, estão abaixo listadas, de acordo com cada contrato financeiro:

Debêntures

Covenants financeiros: Há limites financeiros estabelecidos nas escrituras de debêntures. Os principais indicadores são:

5ª Emissão de Debêntures: Dívida Financeira Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado $\leq 2,5x$

6ª Emissão de Debêntures: Dívida Financeira Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado $\leq 3,0x$

7ª Emissão de Debêntures: Dívida Financeira Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado $\leq 3,0x$

8ª Emissão de Debênture: Dívida Financeira Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado $\leq 3,0x$

9ª Emissão de Debênture: Dívida Financeira Líquida Ajustada / EBITDA Ajustado $\leq 3,0x$

Para fins dos cálculos dos índices acima indicados:

Dívida Financeira Líquida Ajustada: (+) Endividamento Total (-) Disponibilidades, conforme definições abaixo:

Endividamento Total: (+) Endividamento Curto Prazo (+) Endividamento Longo Prazo (+) dívidas e obrigações referentes às aquisições realizadas pela Companhia e/ou por suas Controladas, inclusive as obrigações contabilizadas na conta "Compromissos a Pagar" das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia (+) saldo líquido (soma da ponta ativa e ponta passiva) dos instrumentos financeiros derivativos.

Endividamento Curto Prazo: (+) saldo devedor do principal e juros de empréstimos e financiamentos de curto prazo com instituições financeiras, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, incluindo operações de mercado de capitais de curto prazo. Endividamentos de curto

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

prazo referentes a aluguel de imóveis, vide nova regulamentação do IFRS 16, não devem ser considerados para fins de cálculo.

Endividamento Longo Prazo: (+) saldo devedor de principal e juros de empréstimos e financiamentos de longo prazo com instituições financeiras, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, incluindo operações de mercado de capitais de longo prazo. Endividamentos de longo prazo referentes a aluguel de imóveis, vide nova regulamentação do IFRS 16, não devem ser considerados para fins de cálculo.

Disponibilidades: saldo de caixa e aplicações financeiras.

EBITDA Ajustado: (+) resultado operacional recorrente antes do resultado financeiro, (+) resultado operacional de sociedades adquiridas, (+) depreciação, (+) amortização (+) baixas contábeis decorrentes de *impairment*.

Em 31 de dezembro de 2023, o índice financeiro relativo ao cálculo do quociente da divisão da dívida financeira líquida ajustada pelo EBITDA ajustado atingiu o resultado de 1,78 comparado a 2,15 em 31 de dezembro de 2022.

Ainda, há algumas restrições comuns previstas nas escrituras de emissão das debêntures da Companhia, conforme descritas abaixo e detalhadas no item 12.3 deste Formulário de Referência:

- Alteração do controle societário: na ocorrência de qualquer alteração na nossa composição societária, incluindo a alienação, cessão ou transferência direta de ações do nosso capital social, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na aquisição originária do controle da nossa Companhia, de forma direta ou indireta, por algum acionista ou grupo de acionistas vinculado por acordo de votos, sob controle comum, ou, ainda, representando mesmo centro de interesses, os nossos credores solicitarem o vencimento antecipado da dívida.
- Perda ou cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia.
- Proibição de concessão de garantias pela Companhia ou suas controladas a quaisquer dívidas, sem que antes as ofereça aos debenturistas, excetuando-se operações de investimento amparadas em linhas de banco de fomento.
- Distribuição, pela Companhia, de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob a forma de juros sobre capital próprio, acima do mínimo obrigatório, conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Companhia esteja inadimplente com qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures.

Cláusulas de Vencimento Antecipado Cruzado (*cross-default* ou *cross acceleration*): todas as escrituras de emissão das Debêntures vigentes da Companhia possuem cláusulas de vencimento antecipado cruzado (*cross-default* ou *cross acceleration*). Nesse sentido, a declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária, no Brasil ou no exterior, assumidas em quaisquer contratos (inclusive de natureza financeira, local ou internacional), da Companhia e de suas controladas, em valor unitário ou

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

agregado igual ou superior a R\$ R\$ 115.000.000,00 (cento e quinze milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, 93,55% do endividamento da Companhia estava sujeito às cláusulas de vencimento antecipado cruzado.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia e suas controladas cumpriram com todas as obrigações decorrentes de seus contratos financeiros, inclusive os *covenants* financeiros descritos acima.

Não há outras restrições impostas aos demais contratos de empréstimo e financiamento da Companhia, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, além das descritas acima.

(g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(em R\$ milhões, exceto %)	31/12/2023	AV	31/12/2022	AV	AH
Receita líquida de serviços prestados	5.147,6	100,0%	4.564,9	100,0%	12,8%
Custos dos serviços prestados	(2.077,3)	-40,4%	(1.982,5)	-43,4%	4,8%
Pessoal e encargos sociais	(1.215,5)	-23,6%	(1.183,8)	-25,9%	2,7%
Energia elétrica, água, gás e telefone	(52,6)	-1,0%	(48,9)	-1,1%	7,5%
Aluguéis, condomínios e IPTU	(39,0)	-0,8%	(35,7)	-0,8%	9,3%
Correios e Malotes	(1,5)	0,0%	(1,8)	0,0%	-16,1%
Depreciação e amortização	(423,6)	-8,2%	(428,1)	-9,4%	-1,0%
Material didático	(10,8)	-0,2%	(9,7)	-0,2%	11,0%
Serviços de terceiros - segurança e limpeza	(63,0)	-1,2%	(64,5)	-1,4%	-2,2%
Outros	(271,2)	-5,3%	(210,0)	-4,6%	29,1%
Lucro bruto	3.070,3	59,6%	2.582,5	56,6%	18,9%
Despesas comerciais, gerais e administrativas	(2.266,5)	-44,0%	(1.992,1)	-43,6%	13,8%
Despesas comerciais	(955,1)	-18,6%	(951,0)	-20,8%	0,4%
Provisão para perda de crédito esperada (Nota 4)	(618,6)	-12,0%	(603,7)	-13,2%	2,5%
Publicidade	(246,5)	-4,8%	(251,2)	-5,5%	-1,9%
Vendas e marketing	(89,9)	-1,7%	(116,8)	-2,6%	-23,0%
Outras	(0,0)	0,0%	20,8	0,5%	-100,2%
Despesas gerais e administrativas	(1.311,4)	-25,5%	(1.041,1)	-22,8%	26,0%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Pessoal e encargos sociais	(410,7)	-8,0%	(317,9)	-7,0%	29,2%
Serviços de terceiros	(173,8)	-3,4%	(164,0)	-3,6%	6,0%
Manutenção e reparos	(100,0)	-1,9%	(73,6)	-1,6%	35,9%
Depreciação e amortização	(361,6)	-7,0%	(280,5)	-6,1%	28,9%
Convênios educacionais	(51,7)	-1,0%	(38,1)	-0,8%	35,9%
Viagens e estadias	(17,5)	-0,3%	(8,4)	-0,2%	109,0%
Provisão para contingências	(110,9)	-2,2%	(76,5)	-1,7%	45,0%
Seguros	(5,5)	-0,1%	(10,4)	-0,2%	-47,5%
Condução e transporte	(6,2)	-0,1%	(5,6)	-0,1%	9,6%
Aluguel de veículos	(6,1)	-0,1%	(5,8)	-0,1%	4,3%
Outras	(67,4)	-1,3%	(60,4)	-1,3%	11,6%
Outras receitas/despesas operacionais	0,8	0,0%	27,1	0,6%	-97,1%
Resultado Financeiro	(694,3)	-13,5%	(704,6)	-15,4%	-1,5%
Receitas Financeiras	308,6	6,0%	211,5	4,6%	45,9%
Multas e juros recebidos por atraso	55,9	1,1%	53,8	1,2%	3,9%
Rendimentos de aplicações financeiras	142,9	2,8%	183,4	4,0%	-22,1%
Valor justo dos derivativos (SWAP) (i)	108,2	2,1%	1,692	0,0%	6297,5%
Atualização de créditos fiscais e produtos financeiros	25,3	0,5%	(1,8)	0,0%	-1479,4%
Outras	2,9	0,1%	3,6	0,1%	-19,7%
(-) PIS e COFINS sobre operações financeiras (ii)	(26,6)	-0,5%	(29,2)	-0,6%	-9,0%
Despesas Financeiras	(1.002,9)	-19,5%	(916,1)	-20,1%	9,5%
Despesas bancárias	(9,3)	-0,2%	(12,1)	-0,3%	-23,1%
Juros e encargos financeiros	(480,1)	-9,3%	(500,1)	-11,0%	-4,0%
Atualização da provisão para contingências	(46,5)	-0,9%	(38,7)	-0,8%	20,2%
Descontos financeiros (iii)	(77,1)	-1,5%	(91,1)	-2,0%	-15,4%
Variação monetária passiva	(12,3)	-0,2%	(26,3)	-0,6%	-53,3%
Valor justo dos derivativos (SWAP) (i)	(107,8)	-2,1%	(0,2)	0,0%	56649,5%
Juros sobre empréstimos (SWAP)	(95,2)	-1,8%	(88,3)	-1,9%	7,8%
Gastos com empréstimos	(4,0)	-0,1%	(4,4)	-0,1%	-10,8%
Juros de arrendamento - Direito de uso	(154,1)	-3,0%	(143,4)	-3,1%	7,5%
Outras	(16,5)	-0,3%	(11,6)	-0,3%	42,7%
Resultado Antes de Imposto de Renda e da Contribuição Social	110,3	2,1%	(87,2)	-1,9%	-226,4%
IR e Contribuição Social	44,4	0,9%	31,8	0,7%	39,7%
Lucro Líquido do Exercício	154,7	3,0%	(55,4)	-1,2%	-378,9%
Atribuídos a acionistas da empresa controladora	152,3	3,0%	(58,2)	-1,3%	-361,6%
Atribuídos aos sócios não controladores	2,3	0,0%	2,8	0,1%	-17,5%

(i) Refere-se aos empréstimos captados em moeda estrangeira e os derivativos contratados para proteger a Companhia da exposição cambial.

(ii) Refere-se aos encargos sobre receitas financeiras e JCP (Juros sobre Capital Próprio).

(iii) Corresponde aos descontos concedidos quando das negociações de mensalidades em atraso.

Receita líquida de serviços prestados

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A receita líquida para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 5.147,6 milhões, um aumento de R\$582,6 milhões, ou 12,8%, em relação a R\$ 4.564,9 milhões para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Abaixo as principais variações por segmento no período.

Segmento Premium: aumento de R\$188,6 milhões comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O resultado foi impulsionado pelos seguintes fatores: (i) forte crescimento da base de alunos de graduação do curso de Medicina, representado um crescimento de 11,8% em relação ao período anterior, resultado da maturação dos cursos e crescimento da captação no ano; e (ii) aumento do preço de captação, resultado do repasse acima da inflação e do aluno veterano com mais de um ano, na graduação de Medicina e IBMEC.

Segmento Ensino Digital: aumento de R\$331,7 milhões comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, resultado explicado pelos seguintes fatores: (i) impacto de uma maior receita DIS (Diluição Solidária da Estácio); (ii) combinação do aumento tanto do preço de captação do aluno veterano com mais de um ano, em relação ao mesmo período do ano anterior; e (iii) maturação da base de alunos.

Segmento Presencial: aumento de R\$62,3 milhões comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, resultado impactado principalmente por: (i) retomada no crescimento de receita, que foi possível em função dos repasses de tickets; (ii) uma maior receita DIS (Diluição Solidária da Estácio), reflexo de um melhor desempenho da captação; e (iii) o forte desempenho da graduação semipresencial, juntamente com a estabilidade da taxa de renovação.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados apresentou um aumento de 4,8% quando comparado com o exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022, principalmente na linha de pessoal, o aumento foi resultado da contabilização de uma maior remuneração variável para a equipe de apoio das unidades. Desconsiderando esse efeito, que foi de R\$43 milhões vs. 2022, os custos com pessoal ficariam estáveis no trimestre e apresentariam uma redução de ~1% no ano, resultado das melhorias no ensalamento (PO). O repasse de polos apresentou aumento tanto no trimestre quanto no ano, resultado do forte ciclo de captação no 1S23, que impulsionou o percentual de repasse para polos parceiros no trimestre, e do aumento na receita proveniente de polos parceiros vs. polos próprios.

Lucro bruto

Lucro bruto no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$3.070,3 milhões comparativamente a R\$2.582,5 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$487,4 milhões ou 18,9%. Lucro bruto representou 59,6% e 56,6% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Este aumento é atribuído substancialmente em função do crescimento de 12,8% da receita líquida e da queda dos custos dos serviços prestados de 4,8%.

Despesas comerciais, gerais e administrativas

As despesas comerciais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$955,1 milhões

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

comparativamente a R\$951,0 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$4,3 milhões ou 0,4%. Despesas comerciais representaram 18,6% e 20,8% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Esse leve aumento foi em função de: (i) estabilidade da PDD ajustada, e isso só foi possível graças à manutenção dos índices de retenção/renovação além de uma performance positiva de recuperação de créditos; e (ii) despesas com Vendas e Marketing apresentaram redução de R\$31,7 milhões no ano, resultado de uma maior eficiência nas campanhas de captação, além do efeito da reclassificação das despesas de *call center*. Como percentual da receita, houve uma redução de 1,5 p.p. vs. 2022. Isolando o efeito da reclassificação das despesas de *call center*, essa redução seria de 1 p.p. vs. 2022.

As despesas gerais e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foram de R\$1.311,4 milhões comparativamente a R\$1.041,1 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$270,3 milhões ou 26,0%. Esse resultado pode ser explicado pelos seguintes fatores: (i) aumento das despesas com pessoal explicado pela contabilização de uma maior remuneração variável dada a performance positiva de resultado no ano (impacto de R\$64 milhões vs. 2022) e a primarização de serviços de TI (previamente contabilizados em outras linhas do G&A); (ii) aumento da provisão para contingência decorrente da padronização do modelo de provisão para causas judiciais, estabelecendo assim um critério único para classificação de causas cíveis e trabalhistas da companhia, o que resultou em uma antecipação e, por consequência, um impacto não recorrente de R\$45,4 milhões no último trimestre, o que pode vir a beneficiar essa linha no médio prazo; (iii) aumento das despesas com manutenção e reparos, relacionado com a manutenção dos equipamentos das unidades, além da realocação das despesas de *call center* de relacionamento; e (iv) aumento em outras despesas, relacionado principalmente com viagens e estadias, além de maiores gastos com convênios educacionais associados à maturação dos cursos de medicina e demais cursos de saúde.

A variação na linha de outras receitas/despesas é resultado da baixa do valor contábil relacionado à venda de dois imóveis, cujo impacto não se reflete em caixa. A transação foi concluída no último trimestre, e o prazo para recebimento do valor devido se estende até 2026. Este impacto de R\$ 35,2 milhões foi classificado como não recorrente.

No que se refere à depreciação e amortização, o aumento se relaciona à amortização de sistemas, aplicativos e softwares, resultado dos investimentos realizados nos últimos anos em transformação digital e tecnologia. Esses ativos possuem um prazo de depreciação e amortização mais curto do que a média.

Resultado financeiro

O Resultado financeiro no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi negativo em R\$694,3 milhões comparativamente a um resultado também negativo de R\$704,6 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$10,3 milhões ou -1,5%. O Resultado financeiro líquido representou 13,5% e 15,4% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. A melhor performance da linha de despesas financeiras é justificada não só pela redução de juros e encargos dado a curva de juros, mas também por um menor volume de descontos financeiros no ano, resultado das oportunidades identificadas nas campanhas de captação. Em contrapartida, destacamos o aumento dos juros de arrendamento decorrente de novos contratos e renovações contratuais.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O resultado antes do imposto de renda e da contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi um resultado positivo de R\$110,3 milhões comparativamente a R\$87,2 milhões negativos no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$197,5 milhões ou 226,4%. O Resultado antes do imposto de renda e contribuição social representou 2,1% e 1,9% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Esta variação é atribuída substancialmente ao resultado do aumento da receita líquida, despesas operacionais e despesas financeiras.

Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 comparado com mesmo período de 2022 representou uma variação de R\$12,6 milhões ou 39,7%. Imposto de renda e contribuição social representou 0,9% e 0,7% da receita líquida nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente. Esse aumento é atribuído a redução da alíquota efetiva, motivada pela redução da amortização do ágio e pelo aumento do lucro tributável.

Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$154,6 milhões comparativamente a um resultado negativo de R\$55,4 milhões no mesmo período de 2022, o que representou uma variação de R\$210,1 milhões. O Lucro do exercício representou 3,0% da receita líquida no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Esse crescimento foi dado em função do forte crescimento do EBITDA, da melhora no resultado financeiro e da variação positiva de IR e contribuição social.

FLUXO DE CAIXA

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os períodos indicados:

(em R\$ milhões)	31/12/2023	31/12/2022	AH
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	910,6	716,9	27,0%
Caixa líquido aplicado nas atividades de Investimento	307,6	54,4	-465,4%
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	502,1	1.166,9	-57,0%
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	100,9	(504,4)	-120,0%
Caixa e caixa equivalente no início do exercício	401,0	905,5	-55,7%
Caixa e caixa equivalente no final do exercício	501,9	401,1	25,1%
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	100,9	(504,4)	-120,0%

EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 COMPARADO AO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais totalizou R\$910,6 milhões positivos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$716,9 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação de R\$193,7 milhões, ou 27,0%, representou um caixa líquido operacional estável entre os exercícios.

Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento totalizou R\$307,6 milhões negativos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$54,4 milhões negativos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação de R\$253 milhões, ou 465,4%, é justificada pela aplicação dos títulos e valores mobiliários, no montante R\$335,6 milhões.

Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento

O caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$502,1 milhões negativos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, comparado a R\$1.166,9 milhões negativos no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Essa variação de R\$664,8 milhões, ou 57%, é justificada pelo maior valor recebido de empréstimos e financiamento, no montante de R\$309,7 milhões e aquisições de ações em tesouraria no montante de R\$200,9 milhões.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(a) Resultados das operações do emissor, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Esclarecem nossos Diretores que nossa receita bruta é composta pelo recebimento de mensalidades decorrentes da prestação de serviços educacionais de ensino superior, de atividades administrativas relacionadas à prestação dos serviços educacionais e serviços de assinaturas nas plataformas digitais. Dessa forma, a maior parte da nossa receita bruta provém das mensalidades cobradas pelos cursos de graduação tradicional, graduação tecnológica, extensão, especialização, pós-graduação e ensino a distância que são oferecidos aos nossos alunos. Os cursos de graduações são ofertados em módulos de seis meses, parcelados em seis mensalidades, com pagamento no início de cada mês, sendo o pagamento da primeira parcela realizado na confirmação da matrícula no semestre. Os demais cursos são ofertados pelo período total e em geral tem número de mensalidades igual ao número de meses da duração do curso. As atividades administrativas relativas à prestação de serviços educacionais, por sua vez, incluem serviços como emissão de documentos, requerimentos de revisão de notas e taxa de inscrição no vestibular para os quais são cobradas taxas acadêmicas dos estudantes. Os serviços de assinaturas digitais disponibilizam os conteúdos especializados para fins de concursos.

(ii) Fatores que afetam materialmente os resultados operacionais

Os resultados das operações da Companhia são materialmente influenciados pelos seguintes fatores:

Fatores Macroeconômicos

Nossos Diretores comentam que a nossa situação financeira e o resultado das nossas operações são influenciados por fatores como: (i) o desenvolvimento macroeconômico brasileiro; (ii) a taxa de desemprego; (iii) a disponibilidade de crédito; (iv) a inflação; (v) o nível de juros básicos; e (vi) o nível de renda da população. Variáveis como o desenvolvimento macroeconômico brasileiro, a taxa de desemprego e a média salarial podem afetar, positivamente ou negativamente, a nossa receita, uma vez que impactam diretamente o poder de consumo de nossos clientes. Também podem incorrer em variações, positivas ou negativas, em nossos custos operacionais e despesas administrativas e comerciais devido à oferta e demanda de mão de obra. A disponibilidade de crédito e o nível dos juros básicos podem afetar, positivamente ou negativamente, nossas despesas financeiras, bem como nossa capacidade de investimento no curto e médio prazo.

Exceto pela inflação e taxas de juros básicos, nossos Diretores comentam que não é possível aferir quantitativamente o impacto dos fatores macroeconômicos citados acima em nossa atividade, muito embora não seja possível afastar completamente potencial relevância indireta destes para o desenvolvimento de qualquer negócio no médio e longo prazo. Em relação à inflação e taxas de juros, nossos Diretores comentam que os impactos desses fatores têm sua relevância mitigada ou mesmo anulada na medida em que a nossa Companhia consegue realizar periódicos reajustes de suas mensalidades para acompanhar a inflação e/ou compatibilizar o perfil de sua dívida e geração de caixa próprio para endereçar eventuais impactos resultantes de variações nas taxas de juros.

2.2 Resultados operacional e financeiro

No ano de 2023, o PIB brasileiro foi de 2,9%, de acordo com dados divulgados pelo IBGE, apresentando uma piora em relação ao cenário de 2022 que segundo dados divulgados pelo IBGE foi de 2,9%. A taxa de inflação acumulada em 2023, medida pelo IPCA, ficou em 4,62%, acima do centro da meta estabelecido pelo Banco Central de 3,25%. A taxa Selic em 31 de dezembro de 2023 era de 11,75% a.a.

A tabela abaixo apresenta as variações do PIB, inflação, taxas de juros e taxa de câmbio para o Dólar nos períodos indicados:

	2023	2022
Crescimento do PIB ⁽¹⁾	2,9%	2,9%
Inflação (IGP-M) ⁽²⁾	-3,18%	5,45%
Inflação (IPCA) ⁽³⁾	4,62%	5,79%
Taxa Interbancária – CDI ⁽⁴⁾	11,65%	13,65%
Taxa de Juros a Longo Prazo – TJLP ⁽⁵⁾	6,53%	6,78%
Taxa de câmbio no final do período por US\$1,00	R\$4,85	R\$5,21
Taxa de câmbio média por US\$1,00 ⁽⁶⁾	R\$4,84	R\$5,24

Fonte: BACEN, FGV, IBGE, CETIP E BNDES.

1 O PIB do Brasil informado em tais períodos já utiliza a nova metodologia do IBGE.

2 A inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV, representando os dados acumulados ao final de cada período.

3 A inflação (IPCA) é um índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE, representando os dados acumulados ao final de cada período.

4 A Taxa DI é a média das taxas dos depósitos interfinanceiros praticados durante o dia no Brasil (taxa acumulada no período e anualizada). Fonte: CETIP.

5 Representa a taxa de juros aplicada pelo BNDES para financiamento de longo prazo (fim do período). Fonte: BNDES.

6 Média das taxas de câmbio (venda) durante o período. Fonte: IPEADATA/BACEN

Esclarecem nossos Diretores que o PROUNI – Programa Universidade para Todos ("PROUNI") é um programa do Governo Federal do Brasil que visa proporcionar a entrada de alunos que não possuem condições de arcar com os custos acadêmicos no Ensino Superior, mediante concessão pelo Governo de bolsas. Por meio do PROUNI, em conformidade com a Lei nº 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005 e normatizada pela Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456/2004, nos termos do artigo 5º da Medida Provisória nº 213/2004, e posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.075, de 6 de dezembro de 2021, e pela Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, as entidades de ensino superior que aderiram ao PROUNI (como nós o fizemos, por meio de nossas controladas), são favorecidas por determinadas isenções fiscais federais, ficando isentas, no período de vigência do termo de adesão, de IRPJ, PIS, COFINS e CSLL referentes às receitas de cursos de graduação e graduação tecnológica, devendo a apuração de tais impostos ser baseada no lucro da exploração das atividades isentas.

Nossos Diretores esclarecem que tal programa foi responsável por uma isenção de pagamento de PIS/COFINS sobre a nossa receita de R\$190,27 milhões e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. Em relação ao IRPJ e CSLL, nossos Diretores esclarecem que a aderência ao PROUNI por nossas

2.2 Resultados operacional e financeiro

controladas, assim como a utilização de incentivos fiscais previstos na Lei Rouanet e na Lei do Bem (P&D), fez com que a alíquota efetiva de tais tributos ficasse em torno de 41,77%, para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 o que ensejou benefícios fiscais de R\$225,64 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Com o advento das Instruções Normativas RFB 1.394/2013 e 1.417/2013 foi instituído o POEB (índice que representa a proporção entre as vagas ofertadas e preenchidas do PROUNI), o qual deve ser multiplicado pelo Lucro da Exploração auferido, para fins de cálculo do benefício fiscal. Na sequência foi publicada a IN/RFB 1.476/2014, trazendo maiores esclarecimentos sobre o POEB, em especial quanto o início da sua vigência. Deste modo, em atendimento a IN/RFB 1.476/2014 e com a renovação da Adesão ao PROUNI das sociedades do Grupo da nossa Companhia no fim de 2014, a partir de 2015 o POEB passou a ser aplicado para fins de cálculo do benefício.

Conforme nota explicativa nº 29 às nossas demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a reconciliação dos impostos apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

(em R\$ milhões)	Consolidado	
	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	110,2	(87,2)
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e da contribuição social	0,034	0,034
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(37,4)	29,6
Ágio Incorporadas	7,4	19,6
Despesas não dedutíveis (a)	0,908	2,7
Juros sobre Capital Próprio	-	-
Prejuízo fiscal não constituído	(149,5)	(171,8)
Resultado não tributável	(1,0)	4,3
Outras	0,1	0,3
Benefícios Fiscais		
Incentivo Fiscal – PROUNI	216,8	144,0
Incentivo Fiscal – Lei Rouanet	5,9	0,994
Incentivo Lei do Bem	2,9	-
Imposto de renda e contribuição social correntes no resultado do exercício	46,0	29,9

(a) Refere-se basicamente a despesa de patrocínios, doações e brindes.

2.2 Resultados operacional e financeiro

(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Nossos Diretores comentam que os principais fatores determinantes da nossa receita bruta consistem no número de alunos matriculados nos cursos oferecidos e o valor bruto das mensalidades por aluno.

Os preços das mensalidades são estabelecidos de acordo com o curso, unidade e turno. Desta forma, as nossas unidades situadas em regiões de maior demanda geralmente possuem mensalidades mais altas.

A variação das receitas no período encerrado em 31 de dezembro de 2023 em relação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2022 decorreu principalmente dos maiores esforços em captação, maturação dos cursos de medicina e renovação da base de alunos.

(c) Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Nossos Diretores informam que nosso desempenho financeiro pode ser afetado pela inflação, uma vez que uma parcela expressiva dos nossos custos e despesas operacionais é incorrida em reais e reajustada pelos índices de inflação, tais como IGP-M, INPC e IPCA.

No Brasil, os salários são reajustados anualmente, com base em acordos e convenções coletivas de trabalho (CCTs/ACTs), ora celebrados entre os sindicatos dos empregadores e dos empregados. Normalmente, os sindicatos seguem o índice do INPC, como parâmetro para suas negociações. No caso das instituições de ensino superior em algumas cidades existe a previsão nas CCTs/ACTs de concessão de um adicional por tempo de serviço onde é acrescido mensalmente algum percentual extra no salário base (além do reajuste da convenção ou acordo coletivo) para cada três anos trabalhados.

Nossa receita bruta de vendas também é reajustada pela inflação, uma vez que, de modo geral, repassamos parte dos aumentos nos custos para nossos alunos, por meio do aumento nos preços das mensalidades. No entanto, não podemos prever a possibilidade de repasse do aumento dos custos para nossos alunos no futuro.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Nossos Diretores comentam que não houve mudanças contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

(b) Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nossos Diretores informam que não houve ressalvas e/ou ênfases presentes nos pareceres do auditor relativos às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nossos Diretores comentam que não houve no último exercício social introdução ou alienação de segmento operacional.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Nossos Diretores comentam que não houve no último exercício social constituição, aquisição ou alienação de participação societária relevante.

(c) Eventos ou operações não usuais

Nossos Diretores comentam que não houve no último exercício social eventos ou operações não usuais.

2.5 Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

A Companhia divulgou no último exercício social as seguintes medições não contábeis:

(em milhões R\$, exceto %)	31/12/2023	31/12/2022
EBITDA ⁽¹⁾	1.589,8	1.326,0
Margem EBITDA ⁽²⁾	30,9%	29,0%
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	1.714,0	1.458,7
Margem EBITDA Ajustada ⁽²⁾	33,3%	32,0%
Lucro Líquido Ajustado ⁽¹⁾	139,3	342,4

(1) EBITDA não é uma medida contábil. O EBITDA corresponde ao lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. Os números de 2023 do quadro acima é consequência do expressivo crescimento da Receita Líquida em todos os segmentos e da gestão eficiente de Custos e Despesas, resultado da eficiência no custo docente, vendas e marketing, além da forte alavancagem operacional de nosso negócio.

EBITDA Ajustado, desconsidera os efeitos não recorrentes no período, com reestruturação do quadro de funcionários, provisão de inadimplência de alunos de medicina, provisão do teto FIES dos alunos formados de medicina, baixa da diferença do contas a receber das últimas aquisições, Padronização do modelo de provisão para causas judiciais, baixa do valor contábil relacionado à venda de dois imóveis, baixa de valores a pagar de aquisições, multas contratuais em função da entrega de imóveis e outras. Lucro líquido Ajustado, parte de um EBITDA ajustado e recalcula a alíquota efetiva desconsiderando os efeitos não recorrentes que impactam os custos e despesas, alterando assim, o valor do IR e CS. Além disso, também desconsidera o valor do ágio das aquisições.

(2) A Margem EBITDA resulta da divisão do EBITDA pela Receita Líquida das Atividades (Receita Líquida de Serviços Prestados). A Margem EBITDA Ajustada é a divisão do EBITDA Ajustado pela Receita Líquida das Atividades (Receita Líquida de Serviços Prestados).

(b) Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustada

(em milhões R\$, exceto %)	31/12/2023	31/12/2022
Receita Líquida de Serviços Prestados ⁽²⁾	5.147,6	4.564,9
Resultado líquido do exercício	154,6	(55,4)
(+) IRPJ/CSSL corrente e diferido	44,3	31,8
(+) Resultado financeiro líquido	694,3	704,6
(+) Depreciação e amortização	785,3	708,5
EBITDA ⁽¹⁾	1.589,8	1.326,0
Margem EBITDA ⁽¹⁾	30,9%	29,0%
Itens não recorrentes do EBITDA	124,2	132,7
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	1.714,0	1.458,7
Margem EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	33,3%	32,0%
Itens não recorrentes do lucro líquido	194,8	187,7
Lucro Líquido Ajustado ⁽¹⁾	139,3	342,4

(1) EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada, Lucro líquido ajustado não são medidas contábeis, conforme esclarecido na tabela desta Seção 2.5(a).

2.5 Medições não contábeis

(2) A Receita Líquida das Atividades (Receita Líquida de Serviços Prestados) está descrita nas Notas Explicativas e são parte integrante das demonstrações financeiras da Companhia.

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA, de acordo com a Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, deve ser reconciliado com as rubricas contábeis expressas diretamente nas demonstrações financeiras da Companhia e, portanto, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ("BR GAAP"). A reconciliação com as demonstrações financeiras da nossa Companhia é realizada da seguinte forma: EBITDA é o lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Margem EBITDA, por sua vez, resulta da divisão do EBITDA pela Receita Líquida de Serviços Prestados.

Ressaltamos que o EBITDA e Margem EBITDA não utilizadas como medidas de desempenho pela nossa administração e não são medidas adotadas pelas BR GAAP ou IFRS. O EBITDA e a Margem EBITDA não devem ser consideradas como substitutos para o lucro líquido como indicador do nosso desempenho operacional, nem tampouco como indicadores de liquidez. A nossa administração acredita que consistem em medidas práticas para aferir nosso desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento.

EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustada e Lucro Líquido Ajustado

A reconciliação do EBITDA Ajustado da Companhia exclui os efeitos não recorrentes do período, é um valor que demonstrar como seria o EBITDA da Companhia caso esses eventos não recorrentes não tivessem ocorrido. Com isso, a Companhia divulga o EBITDA Ajustado visando normalizar as suas receitas e despesas, eliminando anormalidades ou peculiaridades do negócio. A Margem EBITDA Ajustada por sua vez, é a divisão do EBITDA Ajustado pela Receita Líquida de Serviços Prestados.

A reconciliação do Lucro Líquido Ajustado da Companhia envolve a exclusão dos efeitos não recorrentes do EBITDA no período, bem como a não consideração da amortização do ágio das últimas aquisições. Com isso, a Companhia divulga o Lucro Líquido Ajustado com o objetivo de neutralizar o impacto dos efeitos ocorridos no período, eliminando as anomalias ou particularidades do negócio.

Ressaltamos que o EBITDA Ajustado, Margem EBITDA Ajustada e Lucro Líquido Ajustado, não são utilizados como medidas de desempenho pela nossa administração e não são medidas adotadas pelos princípios contábeis brasileiros (BR GAAP) ou Internacional (IFRS). Essas medidas não devem ser consideradas como substitutas para o lucro líquido como indicador do nosso desempenho operacional, nem tampouco como indicadores de liquidez. A nossa Administração acredita que consistem em medidas práticas para aferir nosso desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo setor.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

- (a) Em 01 de janeiro de 2024, o Grupo realizou uma reestruturação societária envolvendo as seguintes empresas:

Incorporada	Incorporadora
Sociedade Universitária de Excelência Educacional Rio Grande do Norte Ltda. ("FATERN")	Sociedade de Ensino Superior, Médio e Fundamental Ltda. ("IREP")
Nova Academia do Concurso – Cursos Preparatórios Ltda. ("NAC")	Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")
Centro Educacional Nossa Cidade Ltda. ("FNC")	Sociedade Educacional Atual da Amazônia ("ATUAL")
Ensine.me Serviços Educacionais Ltda. ("EnsineMe")	Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda. ("SESES")

- (b) Em 31 de janeiro de 2024, a Companhia concluiu a contratação do 8º empréstimo da linha 4131 junto ao Citibank de USD 44,0 milhões (convertidos a R\$ 218,4 milhões em cotação equivalente ao dia 30.01.2024). A operação foi contratada com SWAP ao custo da Curva Ativa de USD_SOFR + 0,8640% a.a e da Curva passiva de CDI + spread.
- (c) Em 15 de fevereiro de 2024, a Companhia liquidou integralmente a Quinta emissão de debêntures (2ª Série) com valor de principal de R\$ 175 milhões e juros no valor de R\$ 10,9 milhões.
- (d) Em 23 de fevereiro de 2024, a Companhia aprovou a 10ª (décima) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em até 2 (duas) séries, para distribuição pública, no valor total de R\$ 1,1 bilhão, sendo a 1ª Série com vencimento em 5 anos e a 2ª Série com vencimento em 7 anos, e ambas serão objetos de oferta pública (Bookbuilding).

2.7 Destinação de resultados

	2023
(a) Regras sobre retenção de lucros	<p>Nosso Estatuto Social prevê que o resultado do exercício, após os ajustes e deduções previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, se houver, bem como a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro, poderá ter a seguinte destinação:</p> <p><u>Reserva Legal</u>: 5% do lucro líquido, antes de qualquer destinação, serão destinados para constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social integralizado.</p> <p><u>Reserva de Contingências</u>: uma parcela do lucro líquido, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, conforme art. 195 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável e que cujo valor possa ser estimado.</p> <p>A parcela remanescente, se houver, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser (i) retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações, conforme o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovado, ou, ainda (ii) total ou parcialmente destinada à constituição da "Reserva para Efetivação de Novos Investimentos", observado o disposto no art. 194 da Lei das Sociedades por Ações, que terá por finalidade preservar a integridade do nosso patrimônio social, reforçando o nosso capital social e de giro com vistas a permitir a realização de novos investimentos, até o limite de 100% (cem por cento) do capital social, observado que o saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social e, uma vez atingido esse limite, a Assembleia Geral poderá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.</p>
(a.i) Valores das retenções de lucros	Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou um lucro de R\$152.3 milhões foram destinados 5% do lucro líquido, correspondente a R\$7,6 milhões à formação da reserva legal e (ii) 160 milhões destinados a dividendos aos acionistas.
(a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	5% (reserva legal) e 95% (dividendos), totalizando 100%.
(b) Regras sobre distribuição de dividendos	<u>Dividendo Obrigatório</u> : O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.
(c) Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição de dividendos, conforme o Estatuto Social da Companhia, é realizada anualmente. Podemos, no entanto, mediante deliberação do Conselho de Administração, levantar balanços semestrais e com base nestes balanços declarar dividendos intermediários à conta do lucro apurado, dos lucros acumulados e da reserva de lucros. Podemos, ainda, levantar balanço e distribuir dividendos intercalares, em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital.
(d) eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim	Conforme evidenciado no item 2.1(f)(iv) do Formulário de Referência, a distribuição de dividendos, inclusive a título de antecipação, que supere o mínimo legal previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, configura hipótese de vencimento antecipado das debêntures da Companhia, caso esta se encontre inadimplente com qualquer obrigação pecuniária decorrente das referidas debêntures. Além disso, salvo pelo disposto na Lei das

2.7 Destinação de resultados

	2023
como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Sociedades por Ações, não há restrições quanto à distribuição de dividendos pela Companhia.
(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui política de destinação de resultados formalmente aprovada.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

2.10 Planos de negócios

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os investimentos no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 totalizaram R\$470,4 milhões nas seguintes atividades: (i) Transformação digital e tecnologia que totalizou R\$250,7 milhões, que são os investimentos relacionados com serviços educacionais para o aluno, refletindo a estratégia da companhia de oferecer serviços educacionais cada vez mais inovadores, além de investimentos em IA ("Inteligência Artificial"); (ii) Sustentação e melhorias que totalizou R\$155,5 milhões, que são os investimentos relacionados com a manutenção e melhoria da infraestrutura das unidades, projetos associados a satisfação do aluno, questões legais e de Compliance, além da desmobilização de ativos e (iii) Expansão que totalizou R\$64,2 milhões, que são os investimentos relacionados com novos cursos e maturação dos já existentes.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Segundo os nossos Diretores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os recursos necessários para os investimentos foram financiados pela nossa própria geração operacional de caixa. Cabe aos nossos Diretores identificar fontes de financiamento para contratá-los quando for o caso.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui desinvestimentos em andamento ou previsto.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente na capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimentos de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

(iv) Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(d) Oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

De forma abrangente, nossa estratégia e resultados financeiros já estão interligados com os pilares ASG, garantindo valor e resiliência da nossa Companhia, conforme informado no item 1.16 deste Formulário de Referência. No estabelecimento do painel de metas ASG as oportunidades de negócio foram consideradas nos três aspectos temáticos.

Dentre elas destacamos:

1 - A superação da meta de 90% de energia renovável antes do previsto, reafirma nosso compromisso com a sustentabilidade. Essa conquista, impulsionada pelo impacto ambiental positivo e pela economia proporcionada pela energia limpa, demonstra nossa responsabilidade ambiental e visão de futuro. A aquisição de energia limpa no mercado livre e a geração em nossa usina solar reforçam o nosso compromisso com a descarbonização.

As práticas de eficiência energética implementadas otimizam o consumo e contribuem para a construção de uma economia de baixo carbono. O inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE), com auditoria externa e adesão no Registro Público de Emissões (RPE), comprova nosso compromisso com a transparência e a responsabilidade. A conquista do Selo Ouro do PBGHG Protocol e a compensação das emissões de GEE dos escopos 1 e 2 consolidam nossa participação no combate as mudanças climáticas.

2 – A Ampliação da oferta de ensino à distância com meta para aumento de polos parceiros. Essa estratégia nos permite levar o ensino superior em regiões de difícil acesso gerando um enorme impacto social positivo, e diminuindo as emissões quando comparado ao ensino presencial, e do lado da empresa amplia nossa base de alunos, e contribui para a diminuição efetiva dos custos operacionais, ao investir em tecnologias próprias para o tema.

Com a meta de alcançar 5 milhões de pessoas impactadas por projetos sociais, reforçamos nosso compromisso com a responsabilidade social e com o desenvolvimento das comunidades onde atuamos. Já beneficiamos mais de 2 milhões de pessoas, demonstrando o impacto positivo de nossas iniciativas e nosso compromisso com a construção de um futuro para todos.

3 – Em relação à governança a companhia possui metas de aumento da diversidade no board, participação em índices de mercado como o IDIVERSA e o ICO2, e metas ASG atreladas ao bônus dos executivos, essas ações nos posicionam melhor frente a investidores, em especial os investidores estrangeiros especializados em critérios sustentáveis, diminuindo os fatores de risco e influenciando diretamente no valor de mercado da companhia.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho, além dos mencionados acima.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Entendemos que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar nosso plano de crescimento, planejamento estratégico e flexibilidade financeira. Em 14 de março de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou uma Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos, formalizando as responsabilidades e os procedimentos relacionados à Gestão de Riscos de Negócios. A referida política foi atualizada pelo Conselho de Administração em reunião do dia 19 de outubro de 2018, em 06 de maio de 2020 e em 27 de abril 2023, sendo certo que o enfoque de Gestão de Riscos da Companhia é baseado (mas não se limita) no modelo do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), padrão internacionalmente reconhecido.

A Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos está disponível para consulta no website de Relações com Investidores da Companhia (www.yduqs.com.br), da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 (www.b3.com.br).

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

A Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos tem por objetivo estabelecer e divulgar os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gestão de riscos da Companhia, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de Riscos inerentes às atividades da Companhia, à nossa reputação, aos nossos resultados financeiros e operacionais, bem como de questões legais e regulatórias, além de permitir que a Companhia aplique e priorize recursos para mitigar os Riscos que podem afetar adversamente seus objetivos.

A probabilidade de ocorrência, os impactos, as respostas aos riscos e planos de ação são avaliados e acompanhados periodicamente. Nossa avaliação contempla os impactos financeiros sobre o negócio; à imagem da Companhia; provenientes de obrigações assumidas pela Companhia; e decorrentes de leis e regulamentos que a Companhia deve observar.

A priorização no tratamento aos riscos é feita de acordo com o rating de cada risco e sua respectiva causa, o qual é definido por meio da ponderação de probabilidade de ocorrência versus o impacto nos negócios, frente ao apetite ao risco definido. Os riscos cujo rating seja crítico ou alto são priorizados.

Em 09 de maio de 2019, o Conselho de Administração, após recomendação positiva manifestada pelo Comitê de Auditoria e Finanças, conforme define a política de riscos atualmente publicada, aprovou a proposta de alteração das métricas de impacto. As alterações visaram principalmente otimizar a avaliação e compreensão dos impactos não financeiros já tendo sido refletidos na matriz de riscos e no "heat map".

(i) os riscos para os quais se busca proteção

Com base na referida política, buscamos proteção para os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados pela nossa administração, reputação, bem como os nossos resultados financeiros e operacionais, os quais se encontram descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência.

(ii) os instrumentos utilizados para proteção

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Os instrumentos utilizados no processo de Gerenciamento de Riscos incluem um processo estruturado contemplando a identificação, avaliação, priorização e tratamento dos Riscos de negócio que são classificados em relação a probabilidade de ocorrência e os respectivos impactos financeiros ou não financeiros nos negócios da Companhia.

Os riscos de negócio são monitorados periodicamente, visando garantir a efetividade da operação dos controles-chave de prevenção/mitigação e a execução da estratégia de tratamento dos riscos. Para fins de proteção aos riscos aos quais estamos expostos, descritos anteriormente no item 4.1 deste Formulário de Referência, a Companhia:

- se utiliza de uma estrutura de tecnologia da informação que permite, em curto espaço de tempo, evitar perda de eficiência e sinergia bem como manter os níveis de qualidade contratados: (i) oferecer uma estrutura com aulas ao vivo, utilizando plataformas sistêmicas de comunicação e colaboração online e (ii) possibilitar aos seus profissionais trabalhar de forma remota;
- se utiliza de mecanismos que permitem que as aulas sejam ministradas a distância, reduzindo a exposição de nosso corpo docente à contaminação por doenças contagiosas, incluindo a pandemia causada pela COVID-19. A Companhia também tem condições de rapidamente substituir eventuais ausências dos professores titulares por professores substitutos que possuímos no nosso corpo docente;
- faz constantes ações de engajamento junto aos alunos, monitorando a frequência no atendimento às aulas e na manutenção do conteúdo proposto. Para manter os níveis de engajamento em situações de contingência, bem como o padrão e a qualidade das aulas, a Companhia é capaz de manter sua estrutura de engajamento em funcionamento remoto, e os docentes são preparados para ministrar aulas com a qualidade contratada através de canais alternativos;
- possui um modelo de ensino baseado em crédito, cabendo ao aluno escolher as disciplinas que cursará por cada período. Caso enfrente alguma dificuldade financeira, o aluno poderá alterar a grade de acordo com sua capacidade de pagamento;
- possui uma política de concessão de bolsa de estudos que permite flexibilizar condições de pagamento para que o aluno possa permanecer estudando;
- possui processos e sistemas preparados para, mesmo à distância, operarem com reduzida perda de eficiência, permitindo arcarmos com as responsabilidades pertinentes ao negócio, com baixo impacto na operação;
- ampliou e busca ampliar os métodos de pagamento disponíveis para seus alunos e realiza campanhas esclarecendo a existência de canais alternativos para facilitar o uso / acesso pelos alunos;
- possui unidades que contam com câmeras de segurança que permitem o constante monitoramento do local. O dimensionamento de equipes de segurança das unidades é feito em função do tamanho e nível de exposição. Para as unidades mais críticas, que ficam expostas diretamente ao meio externo, há um maior contingenciamento de segurança. Para aquelas que contam com prestadores de serviço, a Companhia faz o acompanhamento dos relatos referentes a quaisquer eventos que porventura venham a ocorrer, além de manter o relacionamento estreito com órgãos de segurança;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- pode fazer convênios com os governos locais a fim de estabelecer estratégias que mitiguem eventuais dificuldades enfrentadas por seus alunos, mas que mantenha o equilíbrio econômico-financeiro e, desta forma, reduzindo o impacto na receita operacional líquida;
- monitora seus concorrentes e acompanha as mudanças e inovações do setor educacional, bem como as tendências de mercado, que possam aumentar a competitividade e influenciar nossas atividades;
- abastece a gestão dos campi com um conjunto de aparatos que visam controlar e monitorar o acesso interno, como barreira perimetral e sistemas de CFTV (100% das unidades com cobertura de CFTV);
- revisa as condições das unidades periodicamente em relação a procedimentos de emergência, incluindo vistorias técnicas relacionadas às saídas de emergência sinalizadas e adequadamente equipadas com sistema de iluminação de emergência e demais planos de evacuação;
- tem um processo de comunicação constante sobre as regras, os códigos e os regulamentos da Companhia, através de campanhas internas, sendo que, as eventuais violações são analisadas e as sanções são impostas, quando aplicável;
- possui um programa de capacitação contínua destinado aos docentes da graduação e graduação tecnológica. Ao ser contratado, o professor recebe orientações para cursar o programa "Ambientação Institucional" da Companhia e obtém as primeiras informações sobre o "Modelo de Ensino" adotado pela Companhia, além das orientações sobre o acesso às ferramentas acadêmicas. Os professores têm acesso a cursos sobre diferentes metodologias que se adequam aos diferentes cursos que a Companhia oferece;
- possui um Plano de Segurança de Informações que estabelece controles sobre os processos de tecnologia da informação e sistemas chaves;
- faz a gestão de continuidade de serviços de tecnologia da informação, analisando o ambiente crítico de sistemas que suportam os processos chaves da Companhia, estabelecendo controles e ambientes de continuidade e contingência em termos de serviços de tecnologia, permitindo que os processos que dependam de estruturas tecnológicas continuem sendo executados ou permitam uma indisponibilidade mínima, mesmo com incidentes mais severos que impactem nossa operação;
- acompanha a situação do licenciamento regulatório das suas unidades em relação à validade de todas as licenças e autorizações necessárias ao seu correto funcionamento, sendo tomadas as ações necessárias para fins de renovação de tais licenças e autorizações aplicáveis. Os processos de regularização são acompanhados, buscando, em conjunto com as unidades, caminhos para as regularizações que se fizerem necessárias;
- estabeleceu uma gestão de Infraestrutura onde todas as ocorrências de manutenção predial são analisadas e solucionadas a fim de garantir o perfeito funcionamento da operação, reduzindo risco e transtornos para os nossos alunos;
- atualiza periodicamente as regras dos cursos de forma a refletir as demandas do mercado de trabalho, tanto nas questões técnicas quanto comportamentais;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- mantém um foco em inovação para melhor atender às mudanças de perfil do aluno e do mercado que possam afetar o poder atrativo da nossa Companhia, tanto em relação aos alunos quanto aos nossos profissionais, a médio e longo prazos;
- para mitigar a falta de profissionais e garantir a base de acordo com o MEC, possui um programa para capacitação de docentes, financiando a formação dos professores em mestrado e doutorado, por meio de um processo seletivo interno;
- mantém-se atualizada quanto às mudanças de legislação federal e regulamentação governamental impostas e se empenha a participar de associações de classe para acompanhar as eventuais mudanças que possam acontecer;
- possui uma equipe multidisciplinar especializada para atender os requerimentos de proteção e privacidade de dados exigidos pela Lei nº 13.853, de 14 de agosto de 2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais"); e
- conta com um processo de governança robusto para os temas relacionados às aquisições de ativos e/ou sociedades, com etapas prévias de validação interna, pareceres de escritórios e consultorias especializadas, onde são realizadas análises de riscos regulatórios, panoramas compreensivos de passivos e contingências, bem como due diligences, que suportam e subsidiam as aprovações da Alta Administração, Comitês Internos e Conselho de Administração da Companhia.

(iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O gerenciamento dos nossos riscos é realizado por diversos agentes, cujas competências no âmbito do referido processo são descritas abaixo.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir, disseminar e monitorar os valores éticos, estratégias, objetivos de alto nível e apetite a riscos. O Conselho de Administração supervisiona o gerenciamento de riscos corporativos da organização ao:

- entender qual nível que a administração estabeleceu para manter uma estrutura e controles internos suficientes para realizar uma Gestão de Riscos eficaz;
- revisar a relação dos riscos assumidos em contraste com o apetite a riscos;
- verificar a eficiência da administração em responder adequadamente aos riscos mais relevantes; e
- definir/aprovar a estratégia de tratamento e o apetite a riscos.

Na qualidade de órgão de assessoramento do Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e Finanças, por sua vez, é responsável por monitorar as exposições aos riscos e avaliar a qualidade, efetividade e suficiência da estrutura de Controles Internos da Companhia, recomendando ações de melhorias sempre que necessário. O Comitê de Auditoria e Finanças também deve:

- estar ciente e de acordo com as métricas de probabilidade e impacto para classificação dos riscos; e
- pré-validar a estratégia de tratamento e o apetite a riscos.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Cabe à Diretoria Executiva, junto do Diretor Presidente ("Alta Administração"), propor os objetivos estratégicos e apetite a riscos da nossa Companhia ao Conselho de Administração. A Alta Administração também possui a responsabilidade de atuar ativamente nas reuniões do Comitê de Riscos e analisar os reportes da Controladoria, a fim de garantir que o processo de Gestão de Riscos Corporativos esteja funcionando de forma eficaz, possibilitando o alcance dos objetivos estratégicos. A Alta Administração também deve:

- apoiar o processo de gestão de riscos;
- orientar sobre a cultura de gestão de riscos;
- definir/aprovar as métricas de probabilidade e impacto para classificação dos riscos; e
- propor a estratégia de tratamento e o apetite a riscos.

O Comitê de Riscos está subordinado à Diretoria Executiva da Companhia, sendo coordenado pelo Diretor Financeiro (CFO) e formado por membros das Diretorias Executivas de Finanças e Tecnologia, Operações Estácio e Wyden, Operações Premium, IDOMED e Auditoria Interna. Além desses membros, o Diretor Presidente e outros convidados estratégicos de caráter excepcional poderão compor o Comitê, que tem como objetivo o monitoramento e evolução constante da Gestão de Riscos.

Caberá ao Comitê a discussão e a clara definição da direção a ser seguida para atender ao apetite a riscos da nossa Companhia, orientado pela alta gestão e sugerir os limites de tolerância aos diferentes riscos identificados como aceitáveis pelo Conselho de Administração, além de:

- avaliar o nível de exposição global x apetite a riscos;
- avaliar os reportes dos indicadores chave (KPI/KRI); e
- avaliar a eficácia da estratégia de tratamento adotada para os riscos.

A Controladoria é responsável pela área de Gestão de Riscos e Controles Internos, tendo como principal responsabilidade, a operacionalização do referido processo de gestão, de forma a garantir que os procedimentos e a metodologia definidos estão sendo cumpridos. A referida área é responsável por controlar o registro de riscos corporativos, atualizando as informações de riscos, causas, respostas e planos de ação existentes, inclusive através do acionamento da área de Auditoria Interna para testar a eficácia dos controles sendo endereçados para cada risco. Com os inputs e atualizações periódicas do registro de riscos, a Controladoria deve atualizar a probabilidade, impacto e rating dos riscos, além de reportar as informações mais relevantes à Diretoria Executiva. Em resumo, cabe à Controladoria:

- disseminar a cultura de gestão de riscos na nossa Companhia;
- garantir que os processos e procedimentos de controle de riscos estão sendo seguidos;
- identificar e avaliar os riscos corporativos;
- monitorar o registro de riscos;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- avaliar o nível de exposição face ao apetite a riscos para identificar a necessidade de acionar a Alta Administração da nossa Companhia para propor nova estratégia de tratamento de riscos acima do apetite aprovado;
- reportar os resultados da gestão de riscos à Alta Administração da nossa Companhia;
- fornece suporte aos Cause Owners e Pontos Focais (conforme abaixo definidos);
- verificar, junto aos Pontos Focais, a execução das respostas contempladas no registro de riscos; e
- validar a eficácia dos controles chaves dos processos através de análise das evidências apresentadas pelos Pontos Focais.

A área de Auditoria Interna é responsável por testar a eficácia dos controles chave de cada risco e reportar os resultados para Controladoria. A área de Auditoria interna é parte integrante do Comitê de Riscos e é subordinada diretamente ao Comitê de Auditoria e Finanças e à Presidência.

Além das áreas acima definidas, cada processo da Companhia conta com os referidos agentes para fins do gerenciamento dos nossos riscos:

- RISK OWNER – Diretor Executivo responsável pelos riscos do processo; e
- CAUSE OWNER – Profissionais responsáveis pelas causas e devem atuar conforme as Ações Mitigatórias e Planos de Ação definidos para cada causa, de forma a diminuir a probabilidade de ocorrência dos riscos. Periodicamente, devem reportar à gerência de Riscos e Controles Internos informações relevantes que possam resultar em atualização do registro de riscos. O reporte formal dos Cause Owners deve ocorrer sempre que solicitado pela gerência de Riscos e Controles Internos ou quando da identificação de algum fato que possa requerer uma avaliação da área de gestão de riscos no tocante a novos objetivos ou Riscos.

Os Cause Owners têm ainda as seguintes responsabilidades:

- multiplicar a cultura de Gestão de Riscos, seguindo os procedimentos descritos nesta Política e repassando as diretrizes aos profissionais de sua área;
- auxiliar a área de GRCI na identificação de Riscos, causas, respostas e planos de ação;
- definir e acompanhar respostas e planos de ação para mitigação das Causas;
- integrar os objetivos da área de GRCI à gestão de processos executados nas suas diretorias/gerências; e
- monitorar e reportar os KPIs e KRIs à gerência de Riscos e Controles Internos.

(c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A administração entende que a estrutura operacional de controles internos da Companhia é adequada para a sua realidade, uma vez que visa a coordenação entre as áreas envolvidas de forma integrada para fins de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

verificação e aperfeiçoamento dos procedimentos de gestão de riscos da Companhia. Tal fato decorre, principalmente, em virtude do desdobramento de competências, nos termos descritos no item 5.1(b)(iii) acima e a existência de procedimentos de reportes entre as áreas, incluindo por exemplo (i) a obrigação dos Cause Owners em acompanhar os planos de ação relativos ao controle dos riscos e de comunicação à gerência de Riscos e Controles Internos a respeito de eventuais desvios e eficácia dos planos de ação; (ii) a realização de acompanhamento frequente pela área de Gestão de Riscos e Controles Internos, junto aos Risk Owners, da efetividade dos controles e acompanhamento dos planos de ação; (iii) a apresentação pela área de Gestão de Riscos e Controles Internos do resultado da avaliação da eficácia dos controles à Controlaria, à qual cabe, por sua vez, avaliar a necessidade de revisão de rating do risco e reportar o referido cenário à Diretoria, (iv) a avaliação pela Diretoria da eficácia dos procedimentos e normas utilizados pela nossa Companhia, com base nos dados e reportes fornecidos pelas demais áreas envolvidas e caso necessário, a adequação das normas, procedimentos e estratégias à alteração ao ambiente de riscos ao qual a Companhia está exposta.

5.2 Descrição dos controles internos

(a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Nos processos de elaboração de demonstrações financeiras e informações gerenciais, as áreas de controladoria e finanças validam as informações e a consistência destas com as informações acompanhadas pelos gestores. Todas as linhas de resultado de cada unidade ou centro de custos são disponibilizadas para os respectivos gestores, que na análise de suas informações também contribuem para assegurar a consistência dos números reportados. Na elaboração das demonstrações financeiras, sistemas de informações estão configurados para disponibilização das informações de acordo com as normas e padrões contábeis definidos pelos órgãos reguladores.

No processo de elaboração, as revisões e análises são realizadas primeiramente no nível de coordenação contábil, e posteriormente pelos níveis de gerência e gerência geral de controladoria. A aprovação das demonstrações financeiras passa ainda pela Diretoria Executiva de Finanças e Tecnologia e pelo Comitê de Auditoria e Finanças, sendo finalmente aprovadas pelo nosso Conselho de Administração. Anteriormente à sua divulgação, as demonstrações financeiras são examinadas por auditores independentes, os quais emitem um relatório de opinião sobre a sua adequação.

Complementam as estruturas de controle a Auditoria Interna que reporta diretamente para o Comitê de Auditoria e Finanças e que executa programação anual de auditoria com vistas a identificar oportunidades e sugerir melhorias nos processos de gestão e controle. Dispomos ainda de um Conselho Fiscal, que também examina e recomenda a aprovação das Demonstrações Financeiras pela Assembleia Geral de acionistas, baseado no acompanhamento realizado ao longo do ano e no parecer dos auditores independentes.

(b) as estruturas organizacionais envolvidas

No âmbito da estrutura de controles voltada à asseguuração da elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia tem em seu organograma a área de Controladoria, cujo objetivo está voltado para elaboração das demonstrações financeiras, aplicação de controles na utilização dos recursos e gestão de riscos.

As estruturas e órgãos da administração listados abaixo suportam a integridade e validação dos processos, controles e informações divulgadas relacionadas às nossas Demonstrações Financeiras:

- o Conselho de Administração;
- o Conselho Fiscal;
- o Comitê de Auditoria e Finanças;
- o Diretor Presidente;
- o Diretor de Finanças e de Relação com Investidores;
- a Área de Auditoria Interna;
- a Controladoria; e

5.2 Descrição dos controles internos

- o Comitê de Riscos.

O Conselho de Administração, após ouvida a recomendação do Comitê de Auditoria e Finanças (“CAF”), manifesta-se trimestralmente sobre as Demonstrações Financeiras, Parecer dos Auditores Externos e Relatório da Administração, este último anualmente, e convoca a Assembleia Geral Ordinária. Cabe, ainda, ao Conselho de Administração avaliar periodicamente a exposição da Companhia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, dos controles internos e do sistema de integridade e conformidade (compliance) e aprovar política de gestão de riscos compatível com as estratégias de negócios e rever periodicamente o sistema de governança corporativa, visando a aprimorá-lo.

Cabe ao nosso Conselho Fiscal analisar as nossas Demonstrações Financeiras acompanhadas das informações prestadas pelos auditores, com a finalidade de, após ter conhecimento da deliberação do Conselho de Administração e do parecer firmado pelos Auditores Externos, emitir parecer quanto à sua aprovação. A diretoria de Auditoria Interna e Compliance também participa de todas as reuniões, tendo como pauta fixa, além de outros eventuais itens: notificações de órgãos regulatórios e fiscais e Canal Confidencial & Compliance.

Compete ao CAF, comitê estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, dentre outras atribuições, avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; bem como avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento de suas políticas internas, emitindo parecer quanto à aprovação das mesmas e o Relatório Anual Resumido. O CAF também deverá revisar a definição das áreas de riscos significativos à nossa Companhia, além de monitorar o cumprimento dos requerimentos legais e regulatórios.

O Diretor Presidente, juntamente com o Diretor Financeiro, observado o Plano de Negócios e Orçamento Anual aprovados, definirá a estrutura de capital mais apropriada à Companhia e deverá submeter ao Conselho de Administração todos os assuntos que requeiram exame e aprovação do Conselho de Administração. Nosso Diretor Financeiro é o responsável por preparar os balancetes e demonstrativos de lucros e perdas, bem como o relatório anual e as demonstrações financeiras, anuais ou trimestrais, os quais serão submetidos à Diretoria Estatutária e ao Conselho de Administração. É também o responsável pela Diretoria de Controladoria e de gerência de Riscos e Controles Internos.

A Companhia conta ainda com a área de Auditoria Interna, cujo nível de reporte se substancia nos princípios que preservam a independência dos auditores e atende aos preceitos de Governança Corporativa. Esta área desempenha suas atividades com base em planejamento anual, aderente com as melhores práticas, aprovado pelo Comitê de Auditoria e Finanças e pelo Conselho de Administração.

O Auditor Interno participa de todas as reuniões do Conselho Fiscal, tendo como pauta fixa, além de outros eventuais itens: os andamentos de seus trabalhos e qualquer report relevante.

A Controladoria é a área responsável pela elaboração das Demonstrações Financeiras, com a adoção dos princípios contábeis aplicáveis e seguindo os procedimentos e controles internos estabelecidos pela Companhia.

A gerência de Gestão de Riscos e Controles Internos tem como principal responsabilidade a operacionalização do referido processo de gestão, de forma a garantir que os procedimentos e a metodologia definidos estão sendo cumpridos. A referida área é responsável por controlar o registro de

5.2 Descrição dos controles internos

riscos corporativos, atualizando as informações de riscos, causas, respostas e planos de ação existentes, inclusive através do acionamento da área de Auditoria Interna para testar a eficácia dos controles sendo endereçados para cada risco.

(c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O processo de supervisão e acompanhamento da eficiência dos controles internos voltados à elaboração e assecuração das demonstrações financeiras está descrito nos itens (a) e (b) acima, sendo acompanhado pelo Diretor de Finanças e de Relações com Investidores, pelo Diretor Presidente, pelo Auditor Interno e pelo Controller, além dos membros do Conselho de Administração e integrantes dos Comitês de Risco, subordinado à Diretoria Executiva, e de Auditoria e Finanças, subordinado ao Conselho de Administração, bem como do Conselho Fiscal.

Ainda, o nosso Comitê de Auditoria e Finanças monitora e supervisiona a eficiência dos controles internos junto aos auditores internos e auditores independentes, sendo o referido Comitê composto por três membros do nosso Conselho de Administração.

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Não foram apontadas deficiências significativas pelos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, tendo em vista que não foram apontadas deficiências significativas pelos auditores independentes em relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

5.3 Programa de integridade

(a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

(i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A nossa Companhia dispõe de Código de Ética e Conduta ("Código de Ética") e Código Anticorrupção, ambos amplamente divulgados e treinados, com registro de aceite. Para o público externo, os normativos são disponibilizados em nosso site de Relações com Investidores.

Ambos os códigos orientam o público-alvo em relação às questões éticas a serem adotadas no relacionamento com a Administração Pública, não sendo tolerada qualquer conduta ilícita, especialmente atos de corrupção, suborno ou fraude em contratações, enfatizando que as interações junto a agentes públicos deverão ser baseadas em critérios éticos e transparentes.

Possuímos também um canal de denúncias independente, operado por empresa externa especializada para o registro de desvios relacionados às diretrizes dispostas nos Códigos de Ética e Conduta e Anticorrupção, contratos, normativos internos e leis.

Todo público-alvo é devidamente treinado em ambos os códigos, além de temas de grande relevância como Segurança da informação e Proteção e privacidade de dados.

Ainda, a Companhia adota procedimentos para mapeamento de riscos, que são avaliados ao menos uma vez por ano. As políticas, procedimentos e as práticas adotadas pela Companhia são revisitadas anualmente e atualizadas conforme necessidade.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A área de Compliance foi criada pela Companhia em 2016 e está vinculada à Diretoria Jurídica que por sua vez compõe à Vice-Presidência Financeira e de Relações com Investidores e se reporta ao Comitê de Ética.

A área de Compliance, é responsável por identificar os riscos de Compliance, de desvios de processos e de comportamento e elaborar estratégia de prevenção, identificação e aplicação de ações corretivas e, para isso, conta com dois comitês não estatutários para auxílio e monitoramento: Comitê de Conduta e o Comitê de Ética, sendo este último composto por membros da Diretoria Executiva.

O planejamento da área de Compliance é refletido em metas e consiste na atualização das campanhas de reforço ao cumprimento das diretrizes dos códigos, de fomento ao comportamento ético e íntegro, treinamentos sobre as diretrizes dos códigos, apuração célere de denúncias com aplicação de ação corretiva e suporte na criação ou aprimoramento dos controles internos.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

5.3 Programa de integridade

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

Nosso Código de Ética e Conduta se aplica a todos os stakeholders, incluindo conselheiros, diretores, e empregados, abrangendo também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

Para condutas cometidas por colaboradores que violem o Código de Ética e Conduta da Companhia são aplicadas sanções com base na política interna de medidas disciplinares em conformidade com a legislação trabalhista vigente.

Além disso, Código Anticorrupção conta com capítulo específico relacionado às sanções e penalidades aplicáveis caso as orientações do mesmo não sejam observadas.

Os mencionados Códigos preveem a possibilidade de sanções penais, cíveis e administrativas aos colaboradores, independentemente da aplicação das medidas disciplinares cabíveis, em decorrência do seu contrato de trabalho com a Companhia.

Para parceiros privados que contrariarem o disposto no Código Anticorrupção e no Código de Ética e Conduta, serão tomadas as providências judiciais cabíveis, podendo inclusive, ocorrer a aplicação de penalidades contratuais e legais e/ou o encerramento do contrato com a Companhia. A identificação de infração à legislação poderá resultar no encaminhamento do caso aos órgãos competentes.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

Os Códigos de Ética e Conduta e Anticorrupção foram aprovados pelo conselho de administração em reunião formal em 15 dezembro de 2016 revisados em reunião realizada em 18 de agosto de 2020. Ambos os documentos podem ser consultados integralmente no portal <https://www.yduqs.com.br/>, no menu Governança Corporativa, Compliance e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

- (b) **se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

Com o intuito de dar efetividade às ações de Compliance, disponibilizamos um canal de denúncias, para o recebimento de denúncias de violações aos Códigos de Ética e Conduta e Anticorrupção. O Canal pode ser acessado por telefone 0800 770 0782 e pelo site: <https://canalconfidencial.com.br/yduqs/>.

- (i) **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de denúncia está a cargo de empresa externa especializada.

- (ii) **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias**

5.3 Programa de integridade

somente de empregados

O Canal está disponibilizado para o recebimento de denúncia de todos os *stakeholders*: conselheiros, diretores, colaboradores, fornecedores, parceiros e terceiros.

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

As denúncias podem ser registradas de forma anônima ou identificada. Quando anônima, cabe à empresa terceirizada proceder o primeiro tratamento, de forma a assegurar o sigilo e anonimato do denunciante, anonimizando dados, quando necessário. É importante destacar que não é permitida, sob nenhuma hipótese, qualquer forma de represália ou retaliação a quem os utilizar de boa-fé.

(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O órgão responsável pela apuração de denúncias é a área de Compliance com o apoio das áreas de negócios quando necessário. A nossa Companhia promove, de forma tempestiva, as apurações e providências necessárias, remetendo os casos ao Comitê de Conduta e, quando aplicável, ao Comitê de Ética.

As denúncias registradas no Canal de denúncias seguem fluxos distintos de tratamento, a depender dos envolvidos, de acordo com as melhores práticas de governança. O direcionamento das denúncias é realizado por empresa externa especializada e independente, responsável por assegurar o correto fluxo de tratamento.

A área de Compliance reporta periodicamente ao Comitê de Ética as apurações das denúncias e demais indicadores extraídos da ferramenta.

(c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

A Companhia verificou 0 (zero) casos confirmados de fraudes, e 0 (zero) casos de irregularidades e/ou atos ilícitos praticados contra a Administração Pública nos últimos 3 (três) exercícios sociais. Para fins deste item, consideram-se, os casos, após a finalização da apuração do Comitê de Conduta e, quando aplicável, ao Comitê de Ética detalhado no item 26 do Código de Ética da Companhia, conforme descrito no item 5.3 (iv) deste Formulário de Referência.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável.

5.4 Alterações significativas

Não aplicável, uma vez que não ocorreram alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta nem na política de gerenciamento de riscos por ela adotada. Eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição da Companhia aos principais riscos a que está exposta, já estão indicadas nos riscos descritos neste Formulário de Referência.

5.5 Outras informações relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a este item.